

TSE torna Bolsonaro inelegível até 2030 e abre disputa na direita

ENCONTRO COM A JUSTIÇA

FORA DO JOGO
JAIR BOLSONARO É CONDENADO PELO TSE
E NÃO PODERÁ SE CANDIDATAR ATÉ 2030

DANIEL GULLINO, MARIANA MINZEN E PAOLA SERRA

Em uma decisão histórica, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tornou Jair Bolsonaro o primeiro ex-presidente do Brasil inelegível.

Ao longo de quatro sessões de julgamento, ministros citaram as inúmeras ameaças à democracia perpetradas pelo ex-presidente durante seu mandato.

DUROS RECADOS
O julgamento de ontem foi marcado por duros recados enviados por Moraes, presidente do TSE, reafirmando a jurisprudence da Corte para as futuras eleições.

Além dele, os ministros Cármen Lúcia, Flávio Marques e André Tavares acompanharam o voto do relator, Benedito Gonçalves, para a absolvição.

Ação pela qual Bolsonaro foi considerado inelegível foi apresentada no ano passado pelo PDT, que acusou de criar um ambiente propício para a "propagação de toda sorte de desordem informacional" ao promover a reunião com embaixadores no Palácio da Alvorada.

"A justiça é cega, mas não é tola. Nós não podemos, de forma alguma, criar o precedente avestruz. Todo mundo sabe o que ocorre, todo mundo sabe o mecanismo para obtenção de votos, mas todos escondem a cabeça embaixo da terra"

Alexandre de Moraes, ao votar pela condenação



Decisivo. Cármen Lúcia, ao lado do relator, Benedito Gonçalves: voto da ministra ontem formou maioria para condenar Jair Bolsonaro a inelegibilidade

PLACAR FINAL DO JULGAMENTO

Infographic showing the final vote count: 5 VOTARAM A FAVOR DA INELEGIBILIDADE and 2 VOTARAM CONTRA. It lists the names of the judges and their positions.

Summary of the arguments and positions of the judges. It details the reasoning of Benedito Gonçalves, Flávio Marques, André Tavares, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, and Nunes Marques.

PRINCIPAIS PROVAS QUE EMBASARAM A CONDENACÃO

Infographic detailing the main evidence used for the conviction, including 'Conteúdo eleitoral', 'Uso da estrutura de governo', and 'Minuta golpista'.

RECURSOS POSSÍVEIS

Infographic detailing the possible legal appeals, including 'Embargos de declaração' and 'No STF'.

entrevistas, transmissões ao vivo e discursos proferidos durante o mandato. Além disso, citou menções feitas pelo então presidente às Forças Armadas como organização capaz de fiscalizar e apontar soluções para supostas fraudes no pleito, o que nunca esteve entre as funções dos militares.

"Essa consciência de perverter faz com que não apenas o ilícito tenha acontecido, colocando em risco a normalidade, a legitimidade do processo eleitoral e, portanto, da própria democracia"

Cármen Lúcia, que votou pela inelegibilidade

permitiria ao ex-presidente intervir na Corte. O entendimento da maioria dos ministros foi que havia correlação com a reunião, pelo contexto de descrédito ao resultado das eleições.

"Ainda que se considere as informações questionáveis, a reunião com embaixadores não foi capaz de perturbar a regularidade das eleições"

Nunes Marques, que votou a favor de Bolsonaro

ainda assim expor como se tivesse, sabendo que não a tem". Ela afirmou que Bolsonaro agiu dessa forma e que por isso colocou em risco a democracia.

Essa consciência de perverter faz com que não apenas o ilícito tenha acontecido, colocando em risco a normalidade, a legitimidade do processo eleitoral e, portanto, da própria democracia.

DIVERGÊNCIAS

Apesar da pressão de Bolsonaro para que pedisse vista — mais tempo para analisar a ação — e adiar o julgamento, o ministro Raul Araújo foi o primeiro a divergir do relator, ainda na quinta-feira. Na ocasião, o ministro reconheceu que o ex-presidente se "excedeu" em sua fala, mas argumentou que as declarações não conseguiram deslegitimar as urnas.

Apesar da divergência sobre Bolsonaro, os ministros concordaram em absolver o vice na chapa, o ex-ministro Walter Braga Netto, que também era alvo da ação.

Após o término do julgamento, o advogado de Bolsonaro, Tarcsio Vieira de Carvalho, afirmou que irá aguardar a publicação do acórdão, com a íntegra dos votos dos ministros, para analisar quais as "melhores estratégias".

Para o ministro aposentado Celso de Mello, ex-presidente do STF, a condenação de Bolsonaro é a "resposta legítima do Estado aos que ousam transgredir a ética do Direito e do poder, além de constituir advertência severa aos que maculam a sacralidade da Constituição".